

## **Democracia Monitorada: Internet e o potencial do jornalismo cidadão<sup>1</sup>**

Autor: Ramón Andrés Feenstra<sup>2</sup>

Co-autora: Dilnéia Rochana Tavares do Couto<sup>3</sup>

---

**Resumo** A nova galáxia midiática oferece cada vez mais possibilidades aos cidadãos de monitoramento das atividades dos agentes políticos com poder, uma atividade própria do movimento conhecido como jornalismo cidadão. Para estudar este fenômeno este trabalho se propõe a analisar: primeiro, a proposta de democracia monitorada desenvolvida pelo filósofo político John Keane; segundo, as relações existentes entre a democracia monitorada e a nova galáxia midiática; terceiro, as bases de um jornalismo cidadão ativo, que possa servir de pilar para a proposta de uma democracia monitorada e, finalmente, o recente caso de *Wikileaks* como exemplo básico de monitoramento do poder político.

**Palavras - chave:** democracia monitorada; jornalismo cidadão; *Wikileaks*.

---

### **Introdução**

Ao longo da história a comunicação entre governos e cidadãos se viu constantemente alterada, ou seja, as possibilidades de comunicação, discussão e debate público avançam

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentando ao Grupo de Trabalho “Internet e Política” do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia Moral, pela Universidad Jaume I de Castellón (Espanha). Atualmente professor assistente do Departamento de Filosofia e Sociologia da mesma universidade, email: [feenstra@fis.uji.es](mailto:feenstra@fis.uji.es)

<sup>3</sup> Mestre em Novas Tendências e Processos de Inovação em Comunicação – Universitat Jaume I de Castellón (Espanha). Atualmente desenvolvendo na mesma universidade sua tese de doutorado dentro do Programa Interuniversitário “Ética y Democracia”, e-mail: [tavares@guest.uji.es](mailto:tavares@guest.uji.es)

paralelamente ao desenvolvimento de certas ferramentas de comunicação; um processo que atualmente gera possibilidades de fortalecimento da sociedade civil desconhecidas até muito poucos anos. Um exemplo é a recente filtração e publicação de *Wikileaks* de 250.000 documentos secretos de comunicações realizadas entre o Departamento de Estado e as Embaixadas dos EUA em mais de trinta países, um caso que despertou uma tormenta tanto informativa, alimentada pelos cinco jornais com os que *Wikileaks* acordou a publicação simultânea dos documentos: *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *Der Spiegel* e *El País*, quanto política, na que atualmente é muito difícil de prever quais são seus efeitos últimos para o sistema democrático.

Com a publicação desses documentos *Wikileaks* suscitou a formação de duas posições antagônicas, pois onde alguns não vêem mais que um grande perigo para a segurança nacional e internacional, outros enxergam a oportunidade de finalmente alcançar que a cidadania constitua uma opinião pública crítica com todos os argumentos e informações sobre a mesa. Ante esta situação a presente comunicação pretende compreender a realidade democrática atual desde a teoria crítica e busca, concretamente, analisar as transformações que causam as novas tecnologias sobre as dinâmicas do sistema político. Adotando como fundamento teórico a proposta filosófica de democracia monitorada do filósofo John Keane.

## **1. Democracia monitorada: um novo modelo de democracia**

A exploração do ‘contra-poder’ da sociedade civil dentro do sistema democrático foi examinada na última obra de Keane, *The life and death of democracy* (2009). Um livro que pode interpretar-se como uma nova fase na obra do autor onde examina, apoiando-se em uma justificativa histórica de reflexão sobre a democracia, o potencial que pode desempenhar a sociedade civil e os novos meios de comunicação para transformar o funcionamento da democracia representativa em direção a uma forma “monitorada” da mesma. Um modelo de democracia, entendido pelo autor como um processo atualmente em formação, que representa

a consolidação normativa de sua reflexão teórica prévia sobre a sociedade civil e a esfera pública [FEENSTRA, 2010: 115-123].

A definição concreta que oferece Keane sobre esta forma de democracia que o autor entende como um processo de substituição da representação pelo monitoramento a descreve como:

(...) a forma mais exata para descrever a grande transformação que está ganhando terreno em regiões como Europa, Ásia do Sul e em países por outra parte tão diferentes como os Estados Unidos, Japão, Argentina, Austrália e Nova Zelândia. Minha hipótese de partida é que a “democracia monitorada” é um novo tipo histórico de democracia, (...) definida pelo rápido crescimento de numerosos tipos diferentes de mecanismos extra-parlamentares, mecanismos examinadores do poder. As raízes destes mecanismos monitores nascem tanto dentro de campos internos do governo e da sociedade civil, como nos espaços fronteiriços. Em consequência, a completa arquitetura do autogoverno está em transformação. (...) A democracia vem a significar algo mais que a celebração de eleições, porém nada menos [KEANE, 2009a: 688-689]<sup>4</sup>.

Como se pode ler no texto citado, a democracia monitorada é entendida como um novo sistema político consolidado em determinadas regiões e caracterizado pela expansão de mecanismos examinadores do poder de caráter extra-parlamentar que alteram a estrutura habitual da democracia representativa, de forma que com a expansão dos mecanismos monitores de poder desenvolve-se uma nova forma de democracia que transcende de *facto* sua compreensão a algo mais que a mera realização periódica de eleições, pois amplia tanto as ferramentas de participação cidadã como os instrumentos de vigilância (monitoramento) sobre aqueles que recai o poder; produzindo-se o que se pode entender por um reforço dos agentes da sociedade civil.

No entanto, é essencial ter presente que, segundo o autor, no processo de consolidação atual desta nova etapa da democracia, os partidos políticos, as eleições, e as legislaturas não desaparecem ainda que pareçam perder sua posição central na definição do processo político. Uma perda de posição dos organismos instituídos que é resultante de um duplo efeito: por

---

<sup>4</sup> Todas as citações empregadas foram traduzidas pelos próprios autores, dado que nenhuma referência que se cita nesse artigo foi escrita em língua vernácula.

uma parte, a perda de certa legitimidade de organismos, como os partidos políticos, frente à cidadania como consequência da crescente incapacidade de representar interesses variados e, por outra parte, a ampliação das possibilidades de monitorar as relações de poder que assumem os diferentes agentes da sociedade civil e da cidadania em geral<sup>5</sup>.

Keane entende que a ‘gestação’ da democracia monitorada começa depois da Segunda Guerra Mundial (1945), momento em que nascem em torno de cem novos tipos de instituições monitoradoras do poder. Nesse sentido, fica claro que sua interpretação parte de uma análise histórica. Concretamente como uma história do presente, que trata de revelar uma série de mudanças que se produzem de *facto* na realidade contemporânea.

O autor considera que a tendência ao escrutínio público, como resultado da proliferação de agentes monitores, é um processo que se inicia na segunda metade do século XX, mas que passou a estender-se ainda mais nos últimos anos. Ampliando-se a toda uma série de questões políticas que abrangem desde a preocupação pública sobre o maltrato e os direitos legais dos menores, o desenvolvimento de planos de proteção do *habitat* e dos recursos alternativos de energia, as iniciativas para garantir o futuro desenvolvimento da nanotecnologia, até chegar incluso a penetrar nos mercados, como mostra o sistema alemão de co-determinação conhecido como *Mitbestimmung* [Cf. KEANE, 2009b: 6-9].

O surgimento desse novo modelo de democracia se entende, portanto, em função da proliferação de uma série de agentes monitores que atuaram desde 1945 até a atualidade. Entre os agentes Keane distingue uma ampla variedade de mecanismos heterogêneos entre os quais identifica: jurados populares, pressupostos participativos, conselhos de assessoramento, grupos de discussão, conferências de consenso, *teach-ins*, assembleias cidadãs, auditorias democráticas, conferências de *brainstorming* (chuva de idéias), conselhos de conflitos de interesses, associações globais de parlamentares contra a corrupção, as inovações da democracia Índia “Banyan”, as agências de defesa do consumidor e os conselhos de

---

<sup>5</sup> Outra proposta que observa os processos de vigilância ou monitoramento cidadão a respeito dos atores com poder é desenvolvida por Pierre Rosanvallon. Ver Rosanvallon (2008), **Counter-democracy. Politics in the age of distrust**.

consumidores, as petições *on line*, os cafés democráticos, as mobilizações pacíficas e, um longo etcétera [KEANE, 2009a: 691]. Em outras palavras, toda uma pluralidade de atores que apesar de sua diversidade enquanto a estruturas, objetivos concretos e os âmbitos de atuação, compartilham o fato de contribuir na: 1) tarefa de dotar de informação aos públicos sobre organismos variados, tanto da sociedade civil quanto dos organismos governamentais; 2) consecução de padrões éticos mínimos no comportamento dos que detêm o poder; e 3) expansão do compromisso por conseguir aumentar a capacidade de decisão e influência dos cidadãos sobre tudo aquilo que lhes afeta. Em resumo, agentes que conseguem exercer pressão sobre os centros de poder através de sua ação na esfera pública, dotando-a de informação variada desde diversos pontos de vista, com o claro propósito de aumentar o protagonismo da cidadania e a sociedade civil em diversos âmbitos.

Resumidamente, a consolidação desses agentes monitores provoca a chegada de uma forma de democracia na que se mantêm certas características da forma representativa, ainda que esta se veja em seu conjunto transcendida por outro modelo democrático no qual a monitoramento do poder se converte em seu componente básico. Um processo que o autor considera uma realidade evidente para aquele que observa as mudanças do presente e os efeitos que estão sendo provocados pelos agentes monitores, atores estes que reforçam sua atuação devido, em parte, as possibilidades que oferece a nova galáxia midiática.

## **2. Nova galáxia midiática e democracia monitorada**

Uma vez visto o significado básico da democracia monitorada, modelo que se sustenta na extensão do escrutínio público das relações de poder, é necessário analisar o papel que desempenham os novos meios de comunicação que são considerados como os principais causantes desse modelo. Neste sentido, é relevante ter presente que a democracia monitorada não somente se explica pela expansão de uma série de agentes monitores, senão também por

sua capacidade de fazer que se ouçam suas vozes plurais através de uma nova galáxia midiática.

Ainda que Keane considere que as causas do surgimento da democracia monitorada não são produto de um único efeito, senão, mais bem, o resultado de numerosas forças, conclui que uma delas se destaca sobre todas as demais: a consolidação de uma nova galáxia midiática, com Internet como canal por excelência. Além disso, o autor estabelece uma relação direta entre as formas históricas de comunicação e os sistemas de democracia representativa e monitorada, ao concluir que:

(...) a democracia representativa surgiu na era da cultura impressa – o livro, o panfleto e o jornal, e mensagens telegráficas ou enviados por carta – e entrou em crise durante a ascensão dos meios de comunicação de massas, especialmente rádio, cinema e (em sua infância) televisão. Em contrapartida, a democracia monitorada está estreitamente ligada ao crescimento das sociedades saturadas por meios de comunicação múltiplos, sociedades cuja estrutura de poder é continuamente posta em xeque pelas instituições monitoradas que operam dentro de uma nova galáxia de meios de comunicação definida pelo *ethos* da abundância comunicativa [KEANE, 2009a: 737].

Esta citação ilustra, portanto, o destacado papel dos novos meios de comunicação no sistema de democracia monitorada. Como, também, a essencial relação existente entre os diferentes tipos de sistemas democráticos - representativa e monitorada – e as formas de comunicação que nelas se produz: escrita, midiática de massas e midiática de mecanismos de comunicação múltiplos. A implicação parece clara: a democracia monitorada se apóia em uma galáxia de comunicação radicalmente diferente a épocas anteriores.

Esta nova galáxia da comunicação própria da democracia monitorada é considerada como radicalmente diferente se comparada com a existente durante a democracia representativa, onde a cultura impressa e o limitado espectro dos meios audiovisuais (incluindo a transmissão de serviço público) estavam estreitamente relacionados com os partidos políticos e o governo [Cf. KEANE, 2009a: 743]. Pelo contrário, na era da democracia monitorada as vozes se multiplicam em uma grande variedade de meios, como também se expandem os atores que potencialmente favorecem o constante escrutínio público do poder. Isto até o ponto de que parece que nenhuma organização ou líder dentro do campo

do governo ou da vida social acabaria imune aos problemas que os cidadãos e os atores da sociedade civil lhes pudessem causar em caso de que cometessem uma atuação incorreta ou extrapolassem em suas funções, pois as mobilizações organizadas por agentes monitores escapam ao controle dos governos e dos partidos<sup>6</sup>.

Neste horizonte, cabe destacar que para Keane a existência da democracia monitorada depende indiscutivelmente do êxito dessa nova galáxia da comunicação, chegando a concluir que em caso de que se produzisse a desapareição das inovações do cenário midiático se acabaria também a democracia monitorada [Cf. KEANE, 2009a: 739-740]. O amplo cenário midiático, com a proliferação de novos instrumentos de comunicação, provocou a chegada da *era da abundância comunicativa*. Uma abundância que se ergue como o *ethos* (caráter) da democracia monitorada e uma das características principais de finais do século XX e inícios do século XXI. A expansão de uma poliarquia midiática capaz de nutrir a esfera pública com pontos de vista plurais é a causa principal para conseguir que se estenda potencialmente o significado do processo político a algo mais que a representação política, pois a diversidade de vozes e as possibilidades de comunicação aumentam o dinamismo democrático.

Uma vez analisadas as idéias básicas da recente proposta política de John Keane, convém explicar agora qual seria o papel que deveria desempenhar o jornalismo cidadão, como um pilar fundamental na consolidação dos processos de monitoramento público do poder. Um aspecto que se analisará no último ponto desse artigo através do recente caso de filtração de documentos de *Wikileaks*.

---

<sup>6</sup> A capacidade que oferecem os novos meios de fragmentar e pluralizar o poder também foi analisada por Douglas Kellner (2002) no artigo “Theorizing Globalization”. A referência completa se encontra ao final do artigo.

### **3. O jornalismo cidadão como pilar da democracia monitorada**

O domínio e a direção dos fluxos comunicativos se vêm alterados de forma gradual com a evolução dos novos meios de comunicação. O manejo e transmissão de informação que no passado permaneceu baixo domínio de atores econômicos e políticos com poder (políticos, grandes empresas midiáticas, etc.) atualmente se vê transformado, dado que ganham espaço também outros interlocutores sociais. Como, também, a unidirecionalidade dos processos comunicativos parece estar sendo superada por uma cada vez maior bidirecionalidade que se consolida em função do desenvolvimento e da expansão das novas tecnologias da comunicação e da informação (TICs), e mais concretamente pelo desenvolvimento da Internet e a recente aparição do que se conhece atualmente como as *webs* 2.0 e as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Twenty*, etc.). Hoje em dia a informação e sua manipulação não é competência exclusiva dos atores políticos e econômicos, com capacidade para manejar os meios, senão que se abre também espaço à cidadania e aos atores da sociedade civil. A possibilidade de ampliar o número de vozes parece consolidar-se em um contexto em que perdem força, ao menos enquanto a manipulação da informação, as estritas fronteiras nacionais. Com a proliferação do entorno digital o jornalismo profissional perde o monopólio da publicação de informação e a cidadania se vê, a cada dia, com mais possibilidades para produzir e divulgar informação [MICÓ, et. al. 2008: 18].

Esta transformação no âmbito das tecnologias da informação se estabelece, portanto, como uma das novidades que estão perfilando os contornos dos sistemas democráticos. As conseqüências deste avanço afetam a vida cotidiana dos cidadãos em diversos aspectos, entre eles na comunicação com outros concidadãos, no consumo de informação e, também permitem, em ocasiões, dar-lhes voz em questões políticas. Isto explica a existência de casos cada vez mais freqüentes de monitoramento dos atores com poder. Sem estas ferramentas não teria acontecido, ou ao menos seria de forma diferente, por exemplo, o fenômeno de filtração de documentos secretos dos Estados Unidos por *Wikileaks*.



Considerando, portanto, que a democracia monitorada se sustenta na expansão do escrutínio dos atores com poder, é evidente que este processo necessita ser ampliado em múltiplas e variadas direções e, que é a partir tanto da cidadania como dos atores da sociedade civil que devem, idealmente, surgir numerosas denúncias das diferentes formas de abusos de poder. As novas ferramentas de comunicação permitem esta possibilidade e favorecem que os cidadãos adquiram voz e protagonismo através do exercício de uma forma de jornalismo que seus teóricos denominam de diferentes formas: “jornalismo cidadão” [GILLMOR, 2005], “jornalismo 3.0” [ORIHUELA, 2002], etc..

Entre as diferentes definições de jornalismo cidadão que se desenvolvem atualmente aquela que parece abordar este fenômeno jornalístico desde uma perspectiva que vai ao encontro do projeto que se emprende nesse artigo é oferecida por Ayerdi (2005: 9), que o define como “aquele que torna possível a participação ativa dos atores sociais que intervêm em todo o processo da informação de interesse público.” Uma práxis que se caracterizaria por “formar opinião pública mediante a criação de públicos deliberantes e promover a participação cidadã.” Nesse sentido, o jornalismo cidadão redefine ou, melhor dito, revigora o sentido da atividade comunicativa que como indica WOLTON (2006: *web*), é “o acesso à informação pluralista, a possibilidade de discutir, propôr, participar na vida pública”. Um projeto que parece estar ganhando força na *red*, através dos novos meios como são os blogs, as redes sociais ou as possibilidades de participação que oferecem os meios digitais (por exemplo, jornais digitais). Nos quais a cidadania passa a ter um protagonismo importante e, nos que pode participar construindo um debate público enriquecedor e de caráter crítico.

Neste sentido, o jornalismo cidadão atua como um mecanismo de monitoramento dos agentes sociais com poder, ou seja, a participação social da cidadania nos novos meios de comunicação se inclina cada vez mais a expandir o monitoramento desses agentes. E, para confirmar esta afirmação bastaria com que se citem alguns exemplos claros de escrutínio público do poder, tais como: os blogs de debate político, as redes de mobilização que se

constroem através das redes sociais, as denúncias públicas de abusos de poder ou de corrupção, que atualmente têm como máximo expoente *Wikileaks*.

Em suma, o jornalismo cidadão é um fenômeno atual que proporciona à cidadania um tipo de poder que ultrapassa os limites até então conhecidos e experimentados pelos estados democráticos. A participação ativa dos atores sociais no processo de investigação, produção e divulgação de informação permite a construção de um novo cenário midiático que redefine o papel cidadão nas sociedades democráticas atuais. A nova galáxia midiática é, portanto, o lugar por excelência da participação, mobilização e empoderamento social que se desenvolve baixo a insígnia do jornalismo cidadão.

Um caso paradigmático que caracteriza a prática de escrutínio público que compete ao jornalismo cidadão – entre outras das muitas funções que realiza e se poderiam indicar - é o de *Wikileaks*. Este, em sua carta de apresentação, afirma buscar a transparência para conseguir uma melhor sociedade para todos e o aumento da vigilância dos atores poderosos a fim de reduzir a corrupção e tornar mais fortes todas as instituições da sociedade (incluindo os governos).

#### **4. O caso *Wikileaks*: jornalismo cidadão como monitoramento do poder**

*Wikileaks* apresenta como grande novidade que sua “luta”, origem e meio de comunicação se desenvolve no espaço virtual, lançada oficialmente no ano 2007 é uma *web* de conteúdos colaborativos estilo *wiki*, dedicada a obter e distribuir filtrações, *leaks*, de informação que permanece oculta aos cidadãos. Um meio de comunicação que se define por tratar-se de uma organização sem ânimo de lucro cujo objetivo consiste em levar aos públicos informação relevante em matéria de importância ética, política e histórica, mantendo anônimas as fontes [GALLEGO-DÍAZ, 2010: 17]. Este meio que conseguiu ocupar as primeiras páginas de todos os grandes jornais a nível mundial durante os meses de novembro e dezembro de 2010, reivindica sua ação defendendo que:

A publicação melhora a transparência, y esta cria uma melhor sociedade para todas as pessoas. Um melhor escrutínio leva a reduzir a corrupção e a consolidar uma democracia mais forte em todas as instituições da sociedade, incluindo o governo, as empresas e outras organizações. Um jornalismo saudável, vibrante e exigente

desempenha um papel vital para alcançar estes objetivos. Nós somos parte desses meios [WIKILEAKS: Web].

O meio fundado por Assange se propõe, portanto, a escrutinar os atores com poder com o objetivo de aumentar a transparência informativa ajudando a alcançar a melhora da “saúde democrática”. Para isso, usa como ‘arma’ as possibilidades que oferecem os novos avanços tecnológicos e, especialmente, Internet, espaço sobre o qual se constitui este meio, e no qual: situa seu portal; busca e comparte informação; pede doações com o *slogan* de “Ajuda *Wikileaks* a manter abertos os governos”; e um mundo desde o que também teve que ‘lutar’ contra os ataques virtuais, como também contra as restrições impostas por empresas como *PayPal*, *Visa*, *Mastercard* e *Amazon*.

*Wikileaks* alcançou notoriedade internacional com a recente filtração dos 250.000 documentos da secretaria de Estado dos Estados Unidos, mas suas ações vêm de antes e incluem importantes revelações. Inicialmente, com as filtrações se fizeram públicas 500 execuções extrajudiciais no Quênia, assim como os problemas causados pelo despejo de lixo tóxico da empresa *Trafigura* na Costa do Marfín. No entanto, é em 2010 quando se produz a maior filtração de dados. Um ano que, já no primeiro semestre, publica um vídeo que mostrava como soldados dos EUA mataram em 2007 ao fotógrafo *Namir Noor-Eldeen* de 22 anos da agência *Reuters* e a seu motorista, vídeo este que foi exibido sem êxito por *Reuters* em repetidas ocasiões<sup>7</sup>. A partir desse momento começou a avalanche de revelações de documentos secretos do poder militar e político norte-americano. Em junho de 2010 os jornais *The New York Times* e *The Guardian* e o semanário *Der Spiegel* publicaram um conjunto de 92.000 documentos sobre a guerra do Afeganistão que foram facilitados por *Wikileaks* e, em outubro quase 400.000 fichas internas do Departamento de Defesa dos EUA relacionadas com a invasão de Iraque nas que se encontrava informação de um período compreendido entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009 [GALLEGO-DÍAZ, 2010: Web]. Contudo, a filtração mais relevante estava ainda por chegar em 28 de novembro

---

<sup>7</sup> Vídeo atualmente alojado na plataforma *Youtube* com o título “Los soldados de EE.UU matan a periodistas”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MDBgCWYGrhg>.

de 2010, momento em que cinco jornais (*The New York Times* (EUA), *The Guardian* (Reino Unido), *Le Monde* (França), *El País* (Espanha) e, o semanário *Der Spiegel* (Alemanha)) publicam mais de 250.000 mensagens do Departamento de Estado dos Estados Unidos que mostravam as estratégias e dinâmicas da política exterior deste país e de outros países durante um período que compreende, sobretudo, os últimos dois anos. Uma filtração que mostrava aos cidadãos as circunstâncias que se escondem atrás de algumas das decisões tomadas, as que, sem dúvida, se mostram bastante controversas [JIMENÉZ; CAÑO, 2010: 2-18].

A publicação dos documentos filtrados por *Wikileaks* aconteceu de forma coordenada nas páginas *web* desses jornais em 28 de novembro, aparecendo também na edição impressa do dia seguinte. A ação conjunta dos cinco meios foi acordada previamente em reuniões entre responsáveis desses meios e *Wikileaks* nas que discutiram sobre a necessidade de acordar um calendário comum de publicação e pactaram a importância de proteger nomes, fontes ou dados que pudessem colocar em risco a vida de pessoas em países nos que a pena de morte segue vigente, ou nos que não rege o Estado de direito [MORENO, 2010: Web].

Em conjunto as informações relatadas nesta filtração recorrem toda uma série de dados sobre as dinâmicas e estratégias seguidas pela diplomacia americana e também pelos países nos que atua. A informação filtrada forma parte do ponto de vista particular de destacados embaixadores que escrevem os documentos secretos dirigidos ao Departamento de Estado sobre a uma série de assuntos, que tratam desde a opinião particular sobre determinados representantes políticos do panorama internacional e nacional até os detalhes das reuniões com altos cargos de estados nos que operam. Estes documentos revelam toda uma série de estratégias, pressões, e também alguns ‘duplos discursos’ empregados que em ocasiões chocam ao leitor e em outras explicam as causas e motivos de algumas das decisões mais controvertidas dos últimos anos.

A revelação desses documentos desencadeou uma onda de comentários onde tanto críticos como defensores de *Wikileaks* quiseram opinar sobre o fato. Nesse sentido, um aspecto que chama especialmente a atenção quando se analisam as críticas dos opositores de

*Wikileaks* é o fato de que seu ataque se centra, principalmente, na figura de Julian Assange. O fundador de *Wikileaks*, seu caráter e suas motivações foram fruto do ataque contínuo por parte dos críticos de *Wikileaks*, que empregaram muito esforço em atacar-lhe pessoalmente, tentando assim diminuir a credibilidade pública de Assange. Este aspecto se reflete em comentários realizados por jornalistas como Hitchen que o caracterizam como “um megalômano com pouco ou nenhum escrúpulo” [HITCHENS, 2010: *Web*], ou Brooks que define Assange como um “anarquista defasado que pensa que todas as instituições governamentais são corruptas e mentirosas em seus pronunciamentos públicos” [BROOKS, 2010, *Web*]. O rechaço ao fundador de *Wikileaks* se observa também na postura das associações jornalísticas dos EUA, país em que o comitê de imprensa do *Overseas Press Club of America* o declarou como “alguém que não é dos nossos”, enquanto que *The Associated Press* e o *National Press Club* se nega a sair em defesa de Assange ante a perseguição judicial que sofre e inclusive se negam a falar sobre o fundador de *Wikileaks*. Dalglish, diretora executiva de *Reporters Committee for Freedom of the Press*, considerou que Assange não pode ser definido como jornalista e, portanto não podem defender-lhe [GREENSLADE, 2011: *Web*].

Porém, passando por cima das considerações que se possam fazer sobre Assange tanto de caráter pessoal, recriminando-lhe de “megalômano”, “traidor”, “anarquista” ou “pessoa ambiciosa e sem escrúpulos”, como de caráter institucional que envolvem, por exemplo, a questão ‘espinhosa’ sobre se é ele um jornalista ou não, as críticas que se explicitam sobre a ação mesma de filtração de documentos secretos por *Wikileaks* se formulam, principalmente, em base ao argumento de que se pôs em perigo a segurança nacional dos EUA e a paz internacional [MONGE, 2010: *Web*]. Este argumento lançado enérgicamente por H. Clinton, secretária de Estado dos EUA, foi ‘aproveitado’ por muitos jornalistas, nada mais iniciou o processo de filtração dos 250.000 documentos. Neste sentido, Brooks afirmou que:

*Wikileaks* provavelmente dificultará o diálogo global. As nações seguramente estarão menos dispostas a dialogar com os Estados Unidos (...). Os líderes mundiais lhe darão as costas quando leiam o que foi dito sobre eles. Será más difícil de alcançar a cooperação frente ao Irã, pois os líderes árabes se sentem expostos (...).

A frágil conversação internacional está ameaçada. Está sendo ameaçada por *Wikileaks* [BROOKS, 2010: *Web*].

Dessa forma, e tal como se observa na citação, o temor pela possível instabilidade internacional que possa causar a filtração dos documentos secretos do poder norte-americano parece ser uma das principais preocupações de alguns dos críticos de *Wikileaks*. Estes se mostram defensores dos privilégios da diplomacia tradicional ao considerar que a privacidade e a imunidade diplomática são pilares de nossa civilização e que expondo publicamente esta informação o único que se consegue é comprometer o nível de confiança internacional nos EUA [BUSTO, 2010: 31]. Por isso, crêem necessário garantir um sistema político global que proteja as relações internacionais, pois concluem que “a ordem da que disfrutamos todos os dias depende dessas conversas”, e somente pode ser garantida em função da ação de “valentes soldados, mas também por líderes e diplomatas com atitude dialogante” [BROOKS, 2010: *Web*]. Em resumo, os críticos afirmam que a ação de *Wikileaks* não serviu mais que para colocar em perigo a ordem internacional. A diplomacia e seus segredos foram expostos e isso poderia gerar conseqüências imprevisíveis para a paz mundial.

Frente a esta postura se observa como os defensores de *Wikileaks* puseram em dúvida a suposta ameaça a ordem e a paz internacional. Depois de poucas semanas do processo de filtração se podia observar como as conseqüências para a política exterior de EUA eram, na verdade bastante modestas. Algumas das revelações resultavam incômodas, para os representantes políticos de Estados Unidos, porém não de tal magnitude como para pensar em uma possível ameaça a ordem internacional [SINGER, 2010: *Web*; MORENO, 2010: *Web*]. Manuel Castells afirmou, neste sentido, que com *Wikileaks* “não está em jogo a segurança dos estados (nada do que foi revelado põe em perigo a paz mundial nem era ignorado nos círculos de poder). O que se debate é o direito do cidadão a saber o que fazem e pensam seus governantes” [CASTELLS, 2010: *Web*].

Aqueles que se mostraram defensores de *Wikileaks* consideram que os opositores desviam atenção dos assuntos que são realmente relevantes no processo de filtração. Nesse

sentido, afirmam que o que está em jogo não é a ordem internacional, senão que outras questões (tais como a formação da opinião pública, o futuro do jornalismo, a transparência no exercício do poder político e o significado da democracia) que se põem sobre a mesa de discussão por *Wikileaks*, obrigando-nos a refletir sobre suas transformações, seu futuro e suas possibilidades.

Castells pensa, nessa linha, que *Wikileaks* põe em destaque a pergunta sobre o direito do cidadão de saber o que fazem seus governantes em seu nome: “A cidadania têm o direito de conhecer a informação sobre aqueles que atuam em seu nome ou deve conhecer somente a versão censurada que constroem?” [CASTELLS, 2010: *Web*]. Uma questão básica que pode ser respondida em palavras de Singer que, em suas reflexões sobre *Wikileaks*, recorda que “em uma democracia, os cidadãos emitem um juízo sobre seu Governo e, se lhes mantêm alheios sobre o que se faz desde o governo, não estarão em condições de tomar decisões bem fundamentadas” [SINGER, 2010: *Web*]. Pode-se identificar, dessa forma, que a importância da formação adequada da opinião pública constitui um dos principais argumentos favoráveis que oferecem os defensores de *Wikileaks*. Dado que, a filtração de documentos secretos não contribui mais que com aumentar a informação necessária para a formação de uma opinião pública crítica sobre os políticos e suas atuações, um processo que leva a consolidar uma democracia que não se constrói com ‘sigilo’ e ocultação de informação, senão que favorece o escrutínio público do poder, uma atividade própria e básica do jornalismo cidadão que com sua participação ativa se ocupa de analisar regularmente as ações de seus representantes.

O caso *Wikileaks* parece indicar uma conclusão central para este estudo: o emprego dos novos canais de comunicação está transformando as dinâmicas democráticas, permitindo que se expandam os processos de monitoramento e, consolidando o projeto de uma democracia monitorada. Dessa forma, a mobilização da cidadania no caso *Wikileaks* oferece a possibilidade de ver que realmente se dão casos nos que os cidadãos são capazes de: tornar pública informação que era mantida oculta, monitorar os atores com poder e, alterar a antiga unidirecionalidade dos fluxos de comunicação entre a classe política e cidadã. Neste mesmo

sentido, as conseqüências práticas da filtração de documentos realizada por *Wikileaks* são ainda bastante tímidas e de complexa compreensão, porém este fato não diminui sua importância, pois esta é uma clara mostra da possibilidade de escrutínio público das relações de poder. Em suma, o fenômeno *Wikileaks* é um exemplo da crescente oportunidade da cidadania de observar, desde diferentes pontos de vista, o edifício democrático como se de uma casa de cristal se tratasse. Uma casa na que aqueles representantes destinados a perfilar o contorno político, econômico e social do conjunto da população, podem estar cada vez mais sujeitos a observação expectante do cidadão monitor. Sendo este um dos grandes desafios do jornalismo cidadão atualmente.

### **Referências Bibliográficas**

AYERDI, Koldo M. Periodismo Ciudadano: voces paralelas a la profesión periodística. In: **Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI**, Centro Nacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Quito (Ecuador). Jun. nº 90, pp. 4-15, 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/160/16009003.pdf>. Última consulta em: 31 de janeiro de 2011.

BROOKS, David. The fragile community, **The New York Times**, 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/11/30/opinion/30brooks.html>. Última consulta em: 24 de março de 2011.

BUSTO, Ernesto H. En defensa de Wikileaks, **El País Digital**, 12 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/opinion/defensa/Wikileaks/elpepiopi/20101212elpepiopi\\_11/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/defensa/Wikileaks/elpepiopi/20101212elpepiopi_11/Tes). Última consulta em: 24 de março de 2011.

CASTELLS, Manuel. La ciberguerra de Wikileaks, **La Vanguardia.es**, Opinión, 11 de dezembro de 2010. Disponível em:



<http://www.lavanguardia.es/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-wikileaks.html>. Última consulta em: 24 de março de 2011.

CORTINA, Adela. **Ética de la razón cordial. Educar a la ciudadanía en el siglo XXI**, Oviedo (Espanha): Nobel, 2007.

CORTINA, Adela. Ciudadanía activa en una sociedad mediática, In: CONILL, Jesús e GOZÁLVEZ, Vicent (coord.), **Ética de los medios. Una apuesta por la ciudadanía audiovisual**, Barcelona (Espanha): Gedisa, pp. 11-31, 2004.

FEENSTRA, Ramón. Sociedad civil: democracia monitorizada y medios de comunicación en John Keane, In: **Red de Tesis Doctorales (TDX)**, 2010. Disponível em: <http://www.tdx.cat/TDX-0323110-115407>. Última consulta em: 15 de fevereiro de 2011.

GALLEGO-DÍAZ, Soledad. Aprendizaje cívico. **El País**, Madrid, 29 de novembro de 2010, p. 17.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. Sociedad civil: una concepción radical. In: **Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi**, Publicações da UJI (Universitat Jaume I): Castellón de la Plana (Espanha) n. 8, pp. 27-46, 2008.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. Política deliberativa y sociedad civil: el valor de la participación. In: CONILL, Jesús e CROCKER, David (ed.), **Republicanismo y educación cívica ¿Más allá del liberalismo?**, Granada (Espanha): Comares, pp.111-132, 2003.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. **Teoría de la democracia**, Valencia (Espanha): Nau, 1993.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. Desobediencia civil. In: CORTINA, Adela (ed.), **10 palabras clave en filosofía política**, Salamanca (Espanha): Verbo Divino, pp. 97-125, 1998.

GILLMOR, Dan. **We the Media. Glassroots Journalism by the People, for the People**, California (EUA): O'Reilly Media, 2005.

GREENSLADE, Roy. More American journalists back away from WikiLeaks and Assange. **GREENSLADE Blog/ The Guardian**, 11 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/media/greenslade/2011/jan/11/wikileaks-press-freedom>. Última consulta em: 24 de março de 2011.

HITCHENS, Christopher. Turn yourself in, Julian Assange. **Slate**, 6 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.slate.com/id/2276857/>. Última consulta em: 24 de março de 2011.

JIMENÉZ, Vicente e CAÑO, Antonio. La mayor filtración de la historia revela los secretos de la diplomacia de EE.UU., **El País**, 29 de dezembro de 2010, pp. 2-18.

KEANE, John. **The life and death of democracy**, Londres: Simon & Schuster, 2009a.

KEANE, John. Media decadence and democracy. **Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung**, WZB, Berlim (Alemanha), manuscrito, pp. 1-25, 2009b.

KEANE, John. Democracy failure. **WZB Mitteilungen**, Berlin, nº 124, pp. 6-9, junho 2009c.

KEANE, John. **Global civil society?**, Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 2003.

KEANE, John. **Civil society: old images, new visions**, Oxford (Reino Unido): Polity Press, 1998.

KELLNER, Douglas. Theorizing globalization. **Sociological Theory**, American Sociological Association, Washington (EUA), v. 20, n. 3, pp. 285-305, 2002.

MICÓ, Josep. L. et. al.. “La ética en el ejercicio del periodismo: Credibilidad y autorregulación en la era del periodismo en Internet”. In: **Estudos em Comunicação**, Universidade da Beira Interior, Covilhã (Portugal). Novembro, nº 4, pp. 15-39, 2008. Disponível em:

<http://www.ec.ubi.pt/ec/04/pdf/02-Jose-Lluis-Mico-La-etica-en-el-ejercicio-del-periodismo.pdf>,

Última consulta em: 10 de fevereiro de 2011.

MONGE, Yolanda. “El pentágono permanece en alerta tras la publicación de las filtraciones de Wikileaks”. **El País Digital**, 23 de outubro de 2010. Disponível em:

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/Pentagono/permanece/alerta/publicacion/filtraciones/Wikileaks/elpeuint/20101023elpeuint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Pentagono/permanece/alerta/publicacion/filtraciones/Wikileaks/elpeuint/20101023elpeuint_1/Tes). Última consulta em: 26 de março de 2011.

MORENO, Javier. Lo que de verdad ocultan los gobiernos, **El País Digital**, 19 de dezembro de 2010. Disponível em:

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/verdad/ocultan/Gobiernos/elpeuint/20101218elpeuint\\_23/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/verdad/ocultan/Gobiernos/elpeuint/20101218elpeuint_23/Tes). Última consulta em: 24 de março de 2011.

ORIHUELA, José. L. “Internet: nuevos paradigmas de la comunicación”. In: **Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI**, Centro Nacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Quito (Ecuador), Março. nº 77, 2002. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/77/orihuela77.htm>, Última consulta em: 09 de fevereiro de 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **Counter-democracy. Politics in the age of distrust**, Nova Iorque (EUA): Cambridge University Press, 2008.

SINGER, Peter. ¿Es posible la diplomacia abierta?, **El País Digital**, Tribuna, 15 de dezembro de 2010. Disponível em:

[http://www.elpais.com/articulo/opinion/posible/diplomacia/abierta/elpepiopi/20101215elpepiopi\\_4/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/posible/diplomacia/abierta/elpepiopi/20101215elpepiopi_4/Tes). Última consulta em: 24 de março de 2011.

WIKILEAKS, Disponível em: <http://wikileaks.ch/>. Última consulta em: 28 de março de 2011.

IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011

WOLTON. Dominique. “Información y Comunicación, las nuevas condiciones del desarrollo”. In: **10° Foro de Biarritz. Documentos de Trabajo**, Quito (Ecuador), 2009. Disponível em: [http://www.cmeal.org/documents/tecnologiasWolton\\_ES.pdf](http://www.cmeal.org/documents/tecnologiasWolton_ES.pdf), Última consulta em: 7 de fevereiro de 2011.